



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

RESOLUÇÃO DO DIRETOR-PRESIDENTE Nº 239-2025, DE 26 DE AGO. DE 2025.

O Diretor-Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 79 do Estatuto Social;

Considerando a RPR nº 217-2025, de 7 de agosto de 2025, que instituiu a Comissão Executiva, na Administração Central, para eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração da CBTU; e

Considerando a Ata nº 001-2025 da Comissão Executiva, de 20 de agosto de 2025;

R E S O L V E:

1. Aprovar e dar publicidade à revisão do Regimento Eleitoral para eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração da CBTU na forma do texto anexo.

2. Revogar a RPR nº 196-2023, de 28 de fevereiro de 2023.

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente

REGIMENTO ELEITORAL**ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS EMPREGADOS NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****CAPÍTULO I
DO OBJETO**

Art. 1º Este Regimento Eleitoral disciplina o processo de eleição do representante dos empregados para o Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU em cumprimento ao disposto na Lei n.º 12.353, 28 de dezembro de 2010, na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na Portaria SEDDM/ME nº 3.192, de 8 de abril de 2022 e, ainda, nas disposições estatutárias da CBTU.

Parágrafo único. O conselheiro representante dos empregados estará sujeito a todos os critérios e exigências para a assunção do cargo de Conselheiro de Administração previstos nos normativos aplicáveis, bem como a direitos e obrigações previstos em lei e no Estatuto Social da CBTU.

**CAPÍTULO II
DA BASE TERRITORIAL DA ELEIÇÃO**

Art. 2º O processo eleitoral realizar-se-á simultaneamente no âmbito de todas as Unidades Administrativas da CBTU.

Art. 3º Os atos do processo eleitoral serão públicos e divulgados pelos meios de comunicação reconhecidos, desenvolvidos e utilizados pela CBTU, ressalvados os assuntos considerados reservados ou sigilosos pela Comissão Executiva.

**CAPÍTULO III
DO PROCESSO ELEITORAL****Seção I
Da Eleição**

Art. 4º A eleição do representante dos empregados para o Conselho de Administração será realizada a cada 2 (dois) anos, observadas as disposições deste Regimento.

§ 1º Em caso de vacância do cargo do Conselheiro de Administração representante dos empregados, o segundo candidato mais votado no último processo eleitoral será convocado para assumir o cargo, observadas as seguintes regras:

I - No caso de o segundo colocado ter obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos válidos, ele completará o prazo de gestão do conselheiro anterior; ou

II - No caso de o segundo colocado não ter alcançado o mínimo de votos válidos estabelecido no inciso anterior, ele assumirá o cargo de conselheiro até a realização de uma nova eleição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da vacância do cargo.

§ 2º Caso o segundo candidato mais votado decline ou exista motivo que o impossibilite de assumir o cargo, será realizada nova eleição.

§ 3º Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, o conselheiro de administração representante dos empregados completará o prazo de gestão do conselheiro anterior.

Art. 5º A eleição será convocada pela Comissão Executiva por meio de Edital de Abertura publicado nos meios de comunicação institucionais da CBTU.

Parágrafo único. Devem constar no Edital de Abertura, no mínimo, as seguintes informações:

I - listagem dos eleitores;

II - formulário disponibilizado pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos para conselheiros de Empresa de Menor Porte;

III - termo de responsabilidade;

IV - requisitos necessários à habilitação e formas de comprovação documental;

V - equipamentos, instalações e outros bens da CBTU permitidos para divulgação da campanha;

VI - forma de votação e apuração;

VII - o calendário eleitoral, contendo os prazos e horários para inscrição dos candidatos, solicitação de recursos, impugnação de candidaturas, campanha eleitoral, votação e apuração dos votos.

Art. 6º A eleição será realizada por meio eletrônico e ocorrerá pelo voto direto, secreto e facultativo dos empregados ativos, que poderão votar em apenas 1 (um) candidato, devidamente habilitado, por turno eleitoral.

§ 1º A CBTU poderá contratar empresa especializada no fornecimento de sistemas eletrônicos de votação.

§ 2º Vencerá o candidato que obtiver mais da metade dos votos válidos e atender às condições de elegibilidade previstas.

§ 3º Serão considerados votos válidos os votos dados a candidatos, não se computando os votos brancos e nulos.

§ 4º Caso nenhum candidato atinja mais da metade dos votos válidos, realizar-se-á nova eleição, em segundo turno, com os dois candidatos habilitados mais votados, sendo vencedor o que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 5º Em caso de não atendimento das condições de elegibilidade por candidato em segundo turno, será convocado o candidato subsequente.

Art. 7º O processo eleitoral se iniciará com a instalação da Comissão Executiva, por ato do Diretor-Presidente da CBTU, e se encerrará com a assinatura do termo de posse do candidato vencedor após a sua eleição pela Assembleia Geral de Acionistas da CBTU.

Seção II Eleitores

Art. 8º São considerados eleitores todos os empregados ativos da CBTU, observados os §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 1º São considerados ativos os empregados do quadro efetivo da Companhia, bem como os ocupantes de cargo em comissão de livre provimento, na data da instalação da Comissão Executiva.

§ 2º Os empregados enquadrados em uma das situações abaixo não serão considerados eleitores:

I - cedidos à CBTU;

II - com contrato de trabalho por tempo determinado;

III - com contrato de trabalho suspenso; e

IV - menores aprendizes e estagiários.

§ 3º As áreas locais de Recursos Humanos emitirão, para as Comissões Eleitorais, listagem dos empregados aptos a votar.

§ 4º A relação dos eleitores aptos a votar será divulgada pela Comissão Executiva.

§ 5º Cada eleitor votará uma única vez, por turno eleitoral, sendo-lhe resguardado o direito de liberdade de escolha.

Seção III Requisitos e vedações para candidatura

Art. 9º Poderão se candidatar à vaga de representante dos empregados no Conselho de Administração somente os empregados com o contrato de trabalho ativo na data da instalação da Comissão Eleitoral e que atendam aos seguintes requisitos obrigatórios:

- I - ser pessoa natural, brasileiro, residente e domiciliado no país;
 - II - ter idoneidade moral e reputação ilibada;
 - III - ter notório conhecimento compatível com o cargo de Conselheiro de Administração;
 - IV - ter formação acadêmica compatível com o cargo de Conselheiro de Administração;
 - V - ter, no mínimo, uma das experiências profissionais abaixo:
 - a) 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da CBTU ou em área conexas àquela para a qual forem indicados em função de direção superior;
 - b) 4 (quatro) anos em cargo de Diretor, de Conselheiro de Administração, de membro de Comitê de Auditoria ou de chefia superior, em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da CBTU, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situada nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da Companhia;
 - c) 4 (quatro) anos em cargo em comissão ou função de confiança equivalente a nível 4, ou superior, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, no setor público;
 - d) 4 (quatro) anos em cargo de docente ou de pesquisador, de nível superior, na área de atuação da CBTU; ou
 - e) 4 (quatro) anos como profissional liberal em atividade vinculada à área de atuação da CBTU;
 - VI - ser integrante do quadro de pessoal da CBTU;
 - VII - não estar respondendo a procedimento correicional e/ou possuir penalidade disciplinar ou de censura ética vigente na data de publicação do Edital de Abertura do processo eleitoral, durante a execução do processo eleitoral e até a divulgação do resultado da eleição;
 - VIII - apresentar autodeclaração, na forma exigida no formulário "Cadastro de Administrador - Diretor ou Conselheiro de Administração - Empresa de Menor Porte", disponibilizado pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, em cumprimento dos requisitos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei da Ficha Limpa), do art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dos artigos 5º e 6º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 (Lei de Conflito de Interesses);
 - IX - em caso de reeleição, ter participado, na posse e anualmente, dos treinamentos específicos disponibilizados direta ou indiretamente pela CBTU, nos termos da Lei.
- § 1º As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso V deste artigo não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido.

§ 2º. As experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso V deste artigo poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos.

§ 3º A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação e deverá ser comprovada por meio de cópia do diploma de graduação (frente e verso) e/ou cópia do certificado de pós-graduação (frente e verso) reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.

§ 4º O atendimento aos requisitos estabelecidos nos incisos I a II deste artigo deverão ser comprovados documentalmente ou mediante autodeclaração no ato da inscrição, na forma exigida no formulário "Cadastro de Administrador - Diretor ou Conselheiro de Administração - Empresa de Menor Porte", disponibilizado pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e no site da CBTU.

§ 5º A informação exigida no inciso VIII deste artigo será apurada pelas Comissões Eleitorais junto à Corregedoria e à Comissão de Ética da CBTU.

§ 6º O atendimento aos requisitos estabelecidos nos demais incisos deste artigo deverá ser comprovado documentalmente no ato da inscrição, na forma exigida no formulário "Cadastro de Administrador - Diretor ou Conselheiro de Administração - Empresa de Menor Porte", disponibilizado pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e no site da CBTU.

§ 7º A seleção e a indicação para o cargo de Conselheiro de Administração representante dos empregados considerarão:

I - compatível a formação acadêmica preferencialmente em:

- a) Administração ou Administração Pública;
- b) Ciências Atuariais;
- c) Ciências Econômicas;
- d) Comércio Internacional;
- e) Contabilidade ou Auditoria;
- f) Direito;
- g) Engenharia;
- h) Estatística;
- i) Finanças;

j) Matemática; e

k) curso aderente à área de atuação da CBTU.

II - incompatível a experiência em cargo eletivo equivalente a cargo em comissão equivalente ao nível 4 ou superior do Grupo DAS, ou conexo à área de atuação da CBTU; e

III - compatível a experiência em cargo de Ministro, Secretário Estadual, Secretário Distrital, Secretário Municipal, ou Chefe de Gabinete desses cargos, da Presidência da República e dos Chefes de outros Poderes equivalente a cargo em comissão do Grupo DAS de nível 4 ou superior.

Art. 10 É vedada a indicação para o Conselho de Administração de:

I - representante do órgão regulador ao qual a CBTU poderá estar sujeita;

II - Ministro de Estado, de Secretário Estadual e de Secretário Municipal;

III - titular de cargo em comissão na administração pública federal, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público;

IV - dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado;

V - parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I a IV deste artigo;

VI - pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político;

VII - pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, em trabalho vinculado à organização, à estruturação e à realização de campanha eleitoral;

VIII - pessoa que exerça cargo em organização sindical;

IX - pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a União ou com a CBTU; e

X - pessoa que se enquadre em qualquer uma das hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º Além das vedações elencadas no caput, é vedada a candidatura e a participação no processo eleitoral do representante dos empregados para o Conselho de Administração de:

I - empregado integrante das Comissões Executiva e Eleitorais;

II - empregado que seja ascendente, descendente, parente colateral ou afim, até o terceiro grau, cônjuge, companheiro ou sócio de qualquer um dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou do Comitê de Auditoria da CBTU; e

III - empregado não integrante do quadro de pessoal da CBTU.

§ 2º Em se tratando de reeleição, é vedada a inscrição do Conselheiro de Administração representante dos empregados que não tenha participado de nenhum treinamento anual disponibilizado pela CBTU nos últimos 2 (dois) anos, nos termos da Lei.

§ 3º As vedações serão verificadas por meio de autodeclaração apresentada pelo candidato no "Cadastro de Administrador - Diretor ou Conselheiro de Administração - Empresa de Menor Porte", disponibilizado pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e no site da CBTU.

Seção IV **Composição e funcionamento das Comissões Executiva e Eleitorais**

Art. 11 A Comissão Executiva será composta por empregados lotados na Administração Central e cada Comissão Eleitoral será composta por empregados lotados nas Superintendências de Trens Urbanos.

§ 1º A Comissão Executiva será instalada por meio de Resolução do Diretor-Presidente.

§ 2º As Comissões Eleitorais serão instaladas por meio de Resolução do respectivo Superintendente de Trens Urbanos.

Art. 12 As Comissões Executiva e Eleitorais serão compostas por 3 (três) representantes indicados pela CBTU e 3 (três) indicados pelas entidades sindicais com maior representação entre os empregados da Companhia.

§ 1º Caso as entidades sindicais não indiquem seus representantes, a CBTU indicará substitutos, entre os empregados da Companhia, até atingir a quantidade de 6 (seis) membros em cada Comissão.

§ 2º Os presidentes das Comissões e os seus substitutos serão escolhidos dentre os representantes indicados pela CBTU.

§ 3º Caberá ao Presidente da Comissão Eleitoral convocar as reuniões e distribuir os trabalhos do grupo.

§ 4º Os presidentes das Comissões ou, nas suas ausências e afastamentos, os seus substitutos, terão, além do voto pessoal, o de desempate.

§ 5º Não poderão integrar a Comissão Executiva:

I - os Administradores da CBTU;

II - os membros do Conselho Fiscal da CBTU;

III - os membros do Comitê de Auditoria da CBTU.

Art. 13 As reuniões das Comissões terão quórum mínimo de 3 (três) membros, sempre com a presença do presidente ou do seu substituto.

§ 1º As reuniões das Comissões serão registradas em atas.

§ 2º Considera-se presente o membro que eventualmente participar das reuniões.

§ 3º As Comissões deverão eleger um secretário, dentre seus membros, para auxiliar a Presidência na promoção de todos os atos necessários ao funcionamento da respectiva Comissão.

§ 4º As decisões nas reuniões das Comissões serão tomadas por votos da maioria simples dos membros presentes.

§ 5º As reuniões poderão ser presenciais, virtuais ou por outro meio de comunicação que assegure a participação efetiva e a autenticidade do voto, que será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata de registro do encontro.

Art. 14 A CBTU não arcará com despesas decorrentes de eventuais deslocamentos por ocasião das reuniões das Comissões.

Art. 15. É vedado aos membros das Comissões manifestarem-se a favor ou contra os candidatos durante o processo eleitoral, sob pena de seu afastamento da respectiva Comissão.

Art. 16. As Comissões Executiva e Eleitorais cumprirão e farão cumprir este Regimento, planejando, organizando, coordenando, divulgando, operacionalizando e supervisionando efetivamente o processo eleitoral.

Seção IV

Das Competências da Comissão Executiva

Art. 17 Compete à Comissão Executiva:

I - coordenar e supervisionar todo o processo eleitoral de forma a garantir a sua conformidade e a uniformidade dos procedimentos em toda a Companhia;

II - revisar o Regimento Eleitoral;

III - interagir com as Unidades Administrativas para garantir a participação de membros das entidades sindicais na composição das Comissões Eleitorais;

- IV - dirimir dúvidas das Comissões Eleitorais;
- V - elaborar e divulgar o cronograma com as fases do processo eleitoral;
- VI - receber e analisar possíveis desvios de conduta dos membros das Comissões Eleitorais;
- VII - divulgar o processo eleitoral nos meios de comunicação da Companhia;
- VIII - acompanhar o cronograma nas diversas fases do processo eleitoral;
- IX - recepcionar lista de candidatos apresentada pelas Comissões Eleitorais;
- X - encaminhar a documentação dos candidatos ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração para verificação das condições de elegibilidade dos candidatos, tendo por base os critérios e exigências previstos em lei e no estatuto da Companhia, especialmente quanto ao disposto na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016;
- XI - decidir pelo deferimento ou indeferimento das candidaturas, com base na manifestação do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;
- XII - divulgar, em meios de comunicação da CBTU, a lista dos candidatos habilitados por ordem alfabética;
- XIII - elaborar, em ordem alfabética, a relação dos candidatos a conselheiro;
- XIV - promover a apuração geral dos votos válidos e lavrar ata dos trabalhos de apuração;
- XV - elaborar e publicar o Mapa de Apuração de votos;
- XVI - elaborar o Relatório Final contendo o resultado da eleição e encaminhar, por meio da Gerência Geral de Governança, ao Diretor-Presidente para providências decorrentes;
- XVII - julgar os recursos e as impugnações na forma do Regimento Eleitoral;
- XVIII - advertir o empregado que agir com inobservância ao Regimento Eleitoral;
- XIX - deliberar e decidir sobre casos omissos.

Parágrafo único. Para as decisões de recursos e impugnações, poderá ser designado 1 (um) membro relator, com a finalidade de dar celeridade ao processo.

Art. 18. A critério da Comissão Executiva, poderão ser convocados empregados da empresa para auxiliar os trabalhos de fiscalização do processo eleitoral.

Seção V

As Competências das Comissões Eleitorais

Art. 19 Compete às Comissões Eleitorais:

- I - conhecer e validar o material a ser apresentado para divulgação pela Companhia;
- II - fiscalizar o processo eleitoral, de forma a assegurar sua legitimidade, e garantir a preservação dos princípios da legalidade, publicidade, transparência e do respeito às normas estatutárias e regimentais;
- III - cumprir e fazer cumprir os prazos estabelecidos nos cronogramas;
- IV - validar a documentação a ser utilizada no processo eleitoral;
- V - preparar e divulgar, com antecedência, a localização das urnas, organizar as mesas coletoras dos votos e manter sua guarda até a apuração;
- VI - conferir a documentação recebida dos candidatos e encaminhar à Comissão Executiva;
- VII - encaminhar a relação dos candidatos aprovados à Comissão Executiva;
- VIII - receber os pedidos de impugnação a inscrições de candidatos e submetê-los à Comissão Executiva para manifestação;
- IX - dirimir dúvidas sobre a aplicabilidade deste Regimento.

Seção VI

Inscrições e habilitações

Art. 20 As inscrições serão realizadas digitalmente e somente poderão concorrer às eleições candidatos elegíveis, inscritos e devidamente habilitados pela Comissão Eleitoral.

§ 1º A Comissão Executiva disponibilizará e-mail para recepcionar as inscrições dos candidatos e/ou local para recolha dos documentos entregues pessoalmente e durante o expediente.

§ 2º O e-mail mencionado no § 1º será o meio oficial de comunicação com as Comissões Executiva e Eleitorais.

Art. 21 Para a realização da inscrição será necessário preencher os dados de requerimento da candidatura e anexar:

- a) formulário "Cadastro de Administrador - Diretor ou Conselheiro de Administração - Empresa de Menor Porte", disponibilizado pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e no site da CBTU;

- b) documentos necessários à comprovação de experiência profissional e da formação acadêmica, nos termos do formulário acima;
- c) Termo de Ciência e Responsabilidade, disponível no site da CBTU;
- d) uma foto digital do rosto;
- e) Certidões cíveis e criminais de “nada consta”, emitidas, gratuitamente, nos sites da Justiça;
- f) currículo resumido contendo síntese da formação e experiência profissional;
- g) apresentar exposição contendo as razões que o(a) levam a ser candidato(a) a membro(a) do Conselho de Administração;
- h) declaração da Justiça Federal e Estadual de “nada consta”;
- i) firmar declaração de que não possui cargo em organização sindical;
- j) cópia da cédula de identidade, CPF e comprovante de residência; e/ou
- k) outros documentos previstos nos editais do processo eleitoral.

§ 1º Formulários e termos deverão ser anexados à inscrição em formato PDF e assinados digitalmente.

§ 2º Os candidatos guardarão protocolos, avisos de recebimento ou quaisquer outros meios documentados que comprovem a sua inscrição.

§ 3º A ausência de documentos, documentação ilegível ou fora do padrão solicitado implicará no indeferimento da inscrição do candidato pela Comissão Eleitoral.

§ 4º Casos controversos no processo de inscrição serão analisados pela Comissão Executiva.

Art. 22 A documentação encaminhada pelos candidatos será conferida, formalmente, pela Comissão Eleitoral, nos termos do art. 19, VI, deste Regimento.

§ 1º O candidato que não preencher todas as exigências legais, estatutárias e normativas aplicáveis, bem como àquelas estabelecidas neste Regimento terá a sua inscrição indeferida pela Comissão Eleitoral.

§ 2º A Comissão Eleitoral divulgará relação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas.

§ 3º As Comissões Eleitorais encaminharão à Comissão Executiva a documentação de inscrição recebida dos candidatos.

Art. 23 Ao candidato que tiver sua inscrição indeferida, preliminarmente, pela Comissão Eleitoral, será assegurado o direito de interpor recurso contra o indeferimento perante a Comissão Executiva, observados o modo, a forma e os prazos previstos no edital de abertura do processo eleitoral.

Art. 24 A Comissão Executiva submeterá a documentação de inscrição dos candidatos habilitados provisoriamente ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração em até 1 (um) dia útil para apreciação e emissão de parecer quanto ao cumprimento dos requisitos e à ausência de vedações das respectivas candidaturas.

Parágrafo único. O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados do recebimento da documentação, para analisá-las e devolver à Comissão Executiva, que divulgará, no site da CBTU, a relação preliminar dos candidatos habilitados ao processo eleitoral e a relação das candidaturas indeferidas.

Art. 25 Ao indeferimento de candidatura pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração caberá pedido de reconsideração ao próprio Comitê, por meio do formulário “Pedido de Reconsideração”, via e-mail disponibilizado pela Comissão Executiva para esse fim.

§ 1º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração terá o prazo de 3 (três) dias úteis para analisar e se manifestar sobre o pedido de reconsideração apresentado.

§ 2º A Comissão Executiva terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para enviar o pedido de reconsideração ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração e o prazo de 1 (um) dia útil para comunicar a decisão do Comitê aos candidatos, por meio de e-mail com confirmação de leitura.

§ 3º Não caberá novo pedido de reconsideração contra a decisão do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, que é soberana.

Art. 26 À Comissão Executiva caberá habilitar as candidaturas e dar-lhes a devida publicidade.

Art. 27 Será concedido o prazo de 1 (um) dia útil, contado da data da divulgação dos candidatos habilitados provisoriamente, para solicitação, por qualquer eleitor, de impugnação de inscrição.

§ 1º A impugnação deverá ser motivada e poderão ser juntados documentos comprobatórios das alegações, que deverão estar circunscritas ao cumprimento dos requisitos descritos neste regulamento.

§ 2º A Comissão Executiva disponibilizará, no site da CBTU, formulário específico para a apresentação de impugnação.

§ 3º Não serão recebidas pela Comissão Eleitoral as impugnações:

a) intempestivas; e/ou

b) não motivadas e/ou não comprovadas; e/ou

c) não encaminhadas pelos meios eletrônicos disponibilizados pela Comissão Executiva.

Art. 28 A Comissão Eleitoral apreciará a impugnação e, se cabível, notificará os candidatos para apresentação de defesa.

Art. 29 O candidato notificado poderá apresentar defesa, que deverá ser apreciada e decidida, em única e última instância, pela Comissão Executiva, a qual comunicará a decisão aos candidatos e ao impugnante, respeitando os prazos do calendário eleitoral.

Art. 30 A Comissão Executiva divulgará aos eleitores a listagem final dos candidatos, respeitando os prazos definidos no calendário eleitoral.

Art. 31 No caso de ocorrer impugnação durante a fase da campanha eleitoral, a Comissão Executiva efetuará nova divulgação dos candidatos inscritos.

§ 1º Não serão aceitos pedidos fora dos prazos estipulados no cronograma, sendo vedado qualquer recurso a esta deliberação.

§ 2º Não caberá recurso contra o julgamento das impugnações.

Art. 32 No caso de desistência ou impedimento dos candidatos, após o fechamento do sistema eletrônico de votação, até a lavratura da ata de apuração, os votos destinados aos desistentes não serão contabilizados como válidos.

Parágrafo único. Os candidatos desistentes deverão entregar às Comissões Eleitorais o Requerimento de Desistência, disponível no site da CBTU.

Seção VII Convocação da Eleição

Art. 33 A eleição será convocada pela Comissão Executiva, que dará ampla divulgação utilizando-se dos seguintes meios de comunicação da Companhia:

I - site e/ou intranet da CBTU; e

II - informativos internos.

Parágrafo único. A CBTU disponibilizará meio de comunicação institucional entre candidatos e eleitores, na forma deste Regimento, sendo vedada a divulgação de matéria ofensiva à integridade de candidatos, do corpo de empregados, da CBTU ou de qualquer pessoa ou instituição.

Seção VIII

Da Campanha Eleitoral

Art. 34 Os candidatos que tiverem a sua candidatura homologada, na forma deste Regimento, poderão fazer promoção dos seus nomes nas dependências da CBTU, desde que observadas as normas legais e da empresa, bem como os normativos do Programa de Integridade e dos compromissos estabelecidos no Código de Conduta Ética e Integridade, e o façam com urbanidade, ética e respeito aos demais candidatos, aos empregados e demais colaboradores, aos Diretores, aos Conselheiros de Administração e membros do Conselho Fiscal e, ainda, à imagem da empresa.

Parágrafo único. É passível de exclusão do certame eleitoral o candidato que, por qualquer meio, divulgar matéria ofensiva à integridade de candidatos, empregados e demais colaboradores da CBTU ou de qualquer outra pessoa ou instituição.

Art. 35 No período de Campanha Eleitoral os candidatos poderão ausentar-se dos seus locais de trabalho para outros locais nas dependências da empresa, sendo assegurada a regularização dos seus registros de ponto em função de tais deslocamentos, na hipótese de trabalho presencial.

Art. 36 O (A) candidato (a) é responsável pelos atos que praticar e matérias que veicular com ofensas, arcando com eventuais perdas e danos que causar a terceiros ou à CBTU.

Parágrafo único. Os candidatos são passíveis de responsabilização judicial, na esfera civil e criminal, por eventuais danos morais, materiais e à imagem, perpetrados contra terceiros e/ou contra a CBTU.

Art. 37 A Comissão Executiva divulgará, pela intranet ou por outros meios, as informações relativas ao currículo dos (as) candidatos (as) e as razões que o (a) levam a representar os (as) empregados (as) no Conselho de Administração.

Parágrafo único. Cada candidato terá direito ao envio de mensagens eletrônicas, através do correio eletrônico da CBTU, veiculadas pela área de comunicação institucional da Companhia, na forma definida no Edital de abertura do processo eleitoral.

Art. 38 É terminantemente proibido o uso de equipamentos, materiais e outros bens da Companhia para produzir e divulgar campanha de forma particular.

§ 1º É vedado aos candidatos e candidatas utilizar a logomarca, vinhetas, logotipos e imagens semelhantes às da CBTU em sua campanha eleitoral, sob pena de cancelamento da sua inscrição.

§ 2º No período da campanha eleitoral é vedada a realização de divulgação ou campanha pelos candidatos ao pleito em reuniões ou eventos da CBTU.

Art. 39 A CBTU não se responsabilizará por quaisquer ônus ou despesas assumidas pelos candidatos para a realização da campanha eleitoral.

Seção IX

Votação e Apuração dos Votos

Art. 40 A votação será realizada de forma direta, secreta, facultativa, presencial, pessoal e realizada no período e horários estabelecidos no cronograma eleitoral divulgado com antecedência pela Comissão Executiva.

Parágrafo único. Durante a votação, caso ocorra evento que leve à suspensão dos trabalhos, o horário da votação poderá ser prorrogado pelo período correspondente à suspensão.

Art. 41 O eleitor deverá votar em apenas um candidato constante do sistema eletrônico de votação.

§ 1º Ao eleitor será assegurado o direito de votar, cabendo ao seu superior hierárquico ou outra autoridade competente adotar as providências necessárias a fim de compatibilizar as rotinas administrativas e/ou operacionais da sua área com o pleno exercício do direito ao voto pelo empregado.

§ 2º Qualquer eleitor apto a votar que estiver fora da sua sede poderá votar na Unidade Administrativa mais próxima, bastando que se identifique à mesa coletora.

Art. 42 Para a votação, a Comissão Eleitoral contará com:

I - relação, em ordem alfabética, por posto de trabalho, dos empregados e empregadas aptos(as) a votar e espaço para assinatura;

II - urnas eletrônicas, ou sistema equivalente, para coleta dos votos;

III - nome de todos os candidatos inseridos nas urnas eletrônicas ou sistema equivalente;

Parágrafo único. A tela de votação conterá as fotos, os nomes dos candidatos por ordem alfabética e a indicação das Unidades Administrativas às quais pertencem os empregados.

Art. 43 Antes de iniciar a votação, as urnas serão inspecionadas pelos membros da Comissão Eleitoral e candidatos/fiscais que assim o desejarem, e lacradas.

§ 1º Às urnas eletrônicas serão reservados espaços monitorados e seguros.

§ 2º Após a instalação e lacre das urnas, estas não serão manipuladas por terceiros, senão por membros das Comissões ou por necessidade de manutenção e/ou correção de problemas técnicos, contando sempre com a presença de pelo menos 2 (dois) membros de quaisquer das Comissões.

§ 3º É vedado o uso de urnas itinerantes.

§ 4º É vedada a coleta de votos fora dos horários reservados à votação definidos pela Comissão Executiva.

§ 5º Com exceção dos membros das Comissões, é proibida a permanência prolongada de terceiros nos locais reservados às urnas.

§ 6º Constituem infrações, nos dias da votação, puníveis conforme o art. 57 deste Regimento:

I - o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício, assembleia ou reunião de qualquer tipo;

II - a arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna;

III - a divulgação de qualquer espécie de propaganda de candidatos;

IV - a publicação de novos conteúdos ou o impulsionamento de conteúdos nas aplicações de internet (sites, redes sociais, aplicativos de comunicação), podendo ser mantidos em funcionamento as aplicações e os conteúdos publicados anteriormente.

Art. 44 A apuração, realizada por sistemas eletrônicos seguros e auditáveis, será coordenada pela Comissão Executiva e realizada em data, local e horário definidos em edital e/ou cronograma eleitoral.

§ 1º Em caso de empate na apuração dos votos, serão observados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - o maior tempo de serviço na Companhia;

II - a maior idade.

§ 2º Os votos nulos e brancos deverão conter as expressões respectivas.

§ 3º Equipara-se ao voto em branco os que forem atribuídos aos/às candidatos(as) que tenham oficialmente desistido da candidatura.

Art. 45 A Comissão Executiva não divulgará resultados parciais de apuração.

Art. 46 A presidência da Comissão Eleitoral indicará um dos componentes como único responsável por dirimir dúvidas e prestar esclarecimentos a candidatos e fiscais durante o processo de apuração.

Parágrafo único. Qualquer irregularidade que ocorrer deverá ser questionada e o julgamento será realizado no mesmo dia pela Comissão Eleitoral, sendo que desta decisão não caberá nenhum recurso.

Art. 47 Concluída a apuração, a Comissão Executiva emitirá o Mapa de Apuração.

§ 1º O Mapa de Apuração, com data, hora de início e conclusão dos trabalhos deverá registrar possíveis ocorrências durante a apuração e conterá a totalização de:

I - eleitores votantes;

II - votos nulos;

III - votos em branco;

IV - votos por candidato.

Art. 48 Será considerado eleito provisoriamente o candidato que obtiver maioria dos votos válidos, não computados os votos em branco e os nulos.

Art. 49 O(a) candidato(a) não eleito(a) poderá interpor recurso contra o resultado provisório da eleição no prazo de 1 (um) dia após publicação do resultado provisório da eleição.

§ 1º O recurso deverá ser endereçado ao(à) Presidente(a) da Comissão Executiva por meio do canal definido para esse fim.

§ 2º O recurso contra o resultado da eleição só será admitido pela Comissão Executiva nas seguintes hipóteses:

I - se houver descumprimento do Regimento Eleitoral ou de outras regras publicadas nos Editais ou Avisos;

II - se tiver havido, comprovadamente, influência no processo eleitoral mediante abuso de poder;

III - se houver tomada de decisão da Comissão Executiva/ Eleitoral sem o quórum mínimo;

IV - se o(a) candidato(a) eleito(a) tiver:

a) utilizado documento falso ou inidôneo na fase de habilitação;

b) deixado de cumprir quaisquer das exigências de habilitação;

c) cometido qualquer falta punível com a perda da candidatura;

d) cometido abuso na campanha, desde que punível com a perda da candidatura.

§ 3º Caso o recurso seja admitido pela Comissão Executiva, o(a) candidato(a) eleito(a) será convocado(a), pelo canal oficial definido para esse fim, para apresentar contrarrazões, no prazo de 1 (um) dia útil.

§ 4º A Comissão Eleitoral terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para analisar e se manifestar sobre o recurso e as contrarrazões apresentados.

§ 5º Contra a decisão da Comissão Eleitoral não caberá novo recurso.

Seção X

Do Resultado, da Indicação e da Nomeação

Art. 50 A Comissão Executiva solicitará as certidões cíveis e criminais do candidato mais votado, analisará tais documentos, emitirá relatório final, proclamará o resultado da eleição e informará ao Diretor-Presidente, por meio da área de Governança, com vistas à adoção das medidas pertinentes.

§ 1º Será dado conhecimento do resultado da eleição ao Conselho de Administração para que seu presidente convoque Assembleia Geral de Acionistas para eleição do candidato mais votado.

§ 2º Realizada a Assembleia Geral para eleição do candidato mais votado, o Conselho de Administração o convocará para dar-lhe a posse em reunião do Colegiado.

§ 3º Investido no cargo mediante assinatura de termo de posse, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a eleição pela Assembleia Geral, o membro passará a gozar das prerrogativas, direitos, obrigações, deveres, impedimentos e atribuições previstos nos normativos que regulam a atuação dos integrantes do Conselho de Administração.

§ 4º O empregado investido no cargo de Conselheiro de Administração permanece sujeito às normas aplicáveis aos demais empregados no que diz respeito à jornada de trabalho, ausências e afastamentos, remuneração, conduta e avaliação de desempenho.

§ 5º O empregado investido no cargo de Conselheiro de Administração fará jus ao recebimento dos honorários devidos aos demais membros do referido colegiado.

Art. 51 É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado ou empregada indicado(a) para conselheiro(a) desde o registro de sua candidatura até um ano após o fim de seu mandato.

Parágrafo único. O empregado eleito que perder a condição de empregado terá seu mandato cessado.

Art. 52 O mandato de conselheiro(a) terá a duração de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções seguidas, sendo vedada a existência de membro suplente conforme a Lei.

Art. 53 Caso o conselheiro representante dos empregados tenha o mandato interrompido definitivamente por qualquer motivo antes de 18 meses após a data da posse, o Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para posse do candidato classificado em segundo lugar durante as eleições, conforme art. 4º, § 1º, deste Regimento.

Parágrafo único. Após o prazo do caput, a CBTU convocará nova votação nos mesmos moldes deste Regimento para um novo mandato.

Art. 54 O conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado conflito de interesse.

XV DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 55 As normas contidas no presente Regimento terão sua eficácia assegurada a partir de sua publicação até a apresentação do Relatório Final ao Diretor-Presidente da Companhia.

XVI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 56 Qualquer pessoa poderá denunciar o descumprimento das regras do processo eleitoral às Comissões e à Ouvidoria da CBTU.

Art. 57 Em caso de denúncias ou de condutas que incorram em descumprimento das regras do processo eleitoral, os candidatos estarão sujeitos, após avaliação pela Comissão Executiva, ouvida a Comissão Eleitoral, e com observância aos princípios de razoabilidade e proporcionalidade, às seguintes ações ou sanções:

- a) alerta, por escrito, de descumprimento de regras ou orientações ou inobservância deste Regimento;
- b) advertência escrita pública; e
- c) cassação da candidatura.

§ 1º Caso já tenha sido divulgado o resultado do processo eleitoral, constatada a irregularidade, esta importará no impedimento à posse do candidato eleito pelos empregados, hipótese em que será convocado o segundo candidatos mais votado, desde que tenha obtido, no mínimo, 30% dos votos válidos.

§ 2º Caso a condição do § 1º não seja atendida, será convocada nova eleição, reaberto o prazo de campanha eleitoral e de votação entre todos os candidatos e será indicado o nome do mais votado.

§ 3º Caso o candidato já tenha tomado posse, a Comissão Executiva submeterá o caso ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração para avaliação e manifestação.

Art. 58 São órgãos auxiliares da Comissão Executiva a Gerência Geral de Gestão de Recursos Humanos – GAREH e a Gerência Geral de Estratégia e Tecnologia – GAEST, sem prejuízo da designação de outros órgãos e/ou profissionais da CBTU que possam contribuir com o processo eleitoral, a critério da Comissão Executiva.

§ 1º A Gerência Geral Jurídica – GAJUR é órgão de assessoramento jurídico da Comissão Executiva.

§ 2º Os órgãos auxiliares e de assessoramento jurídico atuarão mediante convocação do Presidente da Comissão Executiva, nos limites de suas respectivas áreas e atribuições institucionais.

Art. 59 Toda a documentação gerada no processo eleitoral será conservada em arquivo pela área de Governança pelo prazo de 3 (três) anos, depois do qual será tratado conforme normativos internos acerca do Arquivo da CBTU.

Art. 60 Todos os atos do processo eleitoral serão públicos e divulgados em sistemas de comunicação da CBTU, ressalvados aqueles que possam atingir a intimidade ou a privacidade dos candidatos, ou a imagem da CBTU, assim declarados como sigilosos pela Comissão Eleitoral, ouvida a Comissão Executiva.

Art. 61 Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Executiva, adotando-se subsidiariamente a legislação eleitoral em vigor.